

FEVEREIRO 2026

# INFORMA

  
**SindUTE**  
SOMOS TODOS NÓS

Sindicato Único dos  
Trabalhadores e  
Educação de Minas Gerais  
Filiado à CNTE e à CUT

“TODOS ESSES QUE AÍ  
ESTÃO ATRAVANCANDO  
MEU CAMINHO, ELES  
PASSARÃO...”

**EU PASSARINHO!**

Poeminha do Contra  
MÁRIO QUINTANA

**PRA FAZER  
VALER NOSSOS  
DIREITOS!**

**ASSEMBLEIA GERAL  
COM PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES**

DIA 26 DE FEVEREIRO, ÀS 14 HORAS  
PÁTIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM BH  
PAUTA: CAMPANHA SALARIAL/2026 - INDICATIVO DE GREVE

# ELES PASSARÃO, NÓS PASSARINHOS!

O ano que começa será desafiador para o futuro da escola pública e para o modelo de educação que construímos ao longo de décadas de luta, trabalho e sonhos compartilhados. O ano de 2025 já ficou para trás, assim como o sétimo ano do governo Romeu Zema. Dizer que foi um período difícil tornou-se quase um clichê. Desde 2019, a política educacional em Minas Gerais segue o roteiro de um projeto que articula ofensiva empresarial e desresponsabilização do Estado; sucateamento da carreira, retirada de direitos, terceirização, controle e padronização curricular.

Nesse projeto, guiado pela lógica do mercado, a escola perde sua essência. O trabalho docente é esvaziado de sentido, estudantes são transformados em estatísticas e comunidades são afastadas das decisões que lhes dizem respeito. O cotidiano das escolas marcado pelo mal-estar, pelo adoecimento profissional e pela desvalorização das carreiras, revela os efeitos de uma política que prioriza dados e mercado em detrimento do humano e do público.

É por isso que 2026 importa. Não como resignação de quem apenas espera o fim de um governo, mas como tempo de disputa. As eleições deste ano se apresentam como um “tempo-de-agora”, oportunidade concreta para interromper o avanço da precarização e disputar os rumos da educação em Minas Gerais. Não basta acreditar que “eles passarão”; é preciso esperar umindo utopia e urgência, sonho e ação. É agir no presente, quando ainda é possível colocar fim a esse ciclo.

Este tempo exige coragem e posição firme. É hora de transformar nossa indignação em práxis política organizada: mobilizar, debater, construir propostas e levar a defesa da escola pública para as ruas e para as urnas; passarinhos que somos, devemos preparar o voo coletivo, organizando assembleias, fortalecendo a unidade da catego-

ria, dialogando com estudantes, famílias e comunidades, denunciando os efeitos das políticas do governo de Minas e disputando o espaço público com propostas claras e comprometidas com a valorização da educação.

Nosso voo representa ruptura, o movimento que interrompe o fluxo que nos oprime e abre caminho para reconstruir a escola como espaço humano, de conhecimento, afeto e democracia; voemos, pois, para garantir que, quando os que passam deixarem o palco, a educação pública em Minas Gerais permaneça viva, fortalecida e orientada pela valorização de quem a faz acontecer.

***Eles passarão!  
Nós, passarinhos,  
voaremos juntos!***



# QUANDO ELES PASSAREM

## Um breve balanço da política educacional e da resistência da escola pública mineira

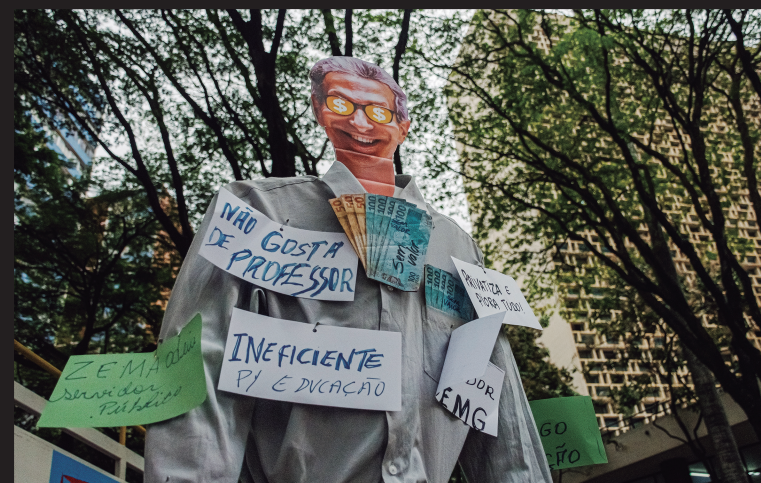
### ▶ A OFENSIVA DA SEE EMPRESA

Após dois mandatos consecutivos, o governo Romeu Zema deixa como legado um projeto educacional que redefine o papel do Estado, subordina a escola à lógica do mercado e converte o processo educativo em objeto permanente de gestão, controle e mensuração. Sob sua liderança, a Secretaria da Educação tornou-se laboratório de implementação de programas e projetos alinhados à lógica de mercado.

A influência de fundações empresariais, como a Fundação Lemann e organizações congêneres, cumpre papel decisivo nesse processo. Essas entidades operam como think tanks do neoliberalismo educacional, isto é, espaços privados de formulação, difu-

são e legitimação de ideias, diagnósticos e modelos de gestão que, embora não submetidos a eleições e ao debate público, passam a orientar decisões públicas estratégicas. Ao deslocarem o debate educacional do campo político-democrático para o campo técnico-gerecencial, esses think tanks atuam como mediadores ideológicos da reforma empresarial da educação e contribuem para reprogramar o Estado segundo critérios empresariais.

Na educação, a racionalidade neoliberal converte direitos em serviços, escolas em unidades de gestão, profissionais em empreendedoras(es) de si e estudantes em capital humano, naturalizando a subordinação do público ao privado.



O projeto empresarial do governo Zema ataca tanto o ensino fundamental, quanto o Ensino Médio e suas modalidades, como a EJA. É um ataque que se dá pela desconstrução do currículo crítico, pela instituição da padronização curricular fundamentada no ideal neoliberal.

Essa política alcançou extremos quando a SEE/MG decretou, em 2025, o chamado "Aprovação", um conjunto de ações que visam manipular dados relativos à avaliação e ao fluxo dos estudantes da rede estadual.

As ações impostas remetem para aprovações forçadas, repetição sistemática de provas até a certificação e a introdução massiva de avaliações online que descaracterizam o sentido das avaliações sistêmicas e transformam o fluxo escolar em variável administrável por decreto.

Os impactos são graves e imediatos: lacunas de aprendizagem não tratadas, aumento das desigualdades, desmotivação e adoecimento de professores(as), e perda de confiança da sociedade nas métricas educacionais.



## ▶ A EDUCAÇÃO COMO INIMIGA: UM PROJETO HOSTIL À ESCOLA PÚBLICA E AOS(ÀS) TRABALHADORES(AS)

Ao ataque pedagógico se soma a ofensiva aos trabalhadores(as) da educação: destruição da política remuneratória da categoria, desvalorização, fragmentação, terceirização, contratação precária e desconfiguração da carreira.

Além dos ataques à educação, Zema voltou sua atenção para o sindicato, visando

destruir a organização dos(as) trabalhadores(as). A estratégia é marcada pela imposição de multas astronômicas, pela criminalização das nossas lutas e pela tentativa de sufocar financeiramente a categoria por meio de cortes em salários. Trata-se de um projeto que busca enfraquecer a resistência coletiva, intimidar os(as) educadores(as) e inviabilizar

a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Desde janeiro de 2019, o Governo de Minas Gerais deixou de cumprir a política remuneratória instituída em 2015, ao não aplicar os reajustes vinculados ao PSPN. Essa estratégia promoveu um arrocho salarial sem precedentes, o que pode ser claramente identificado pela análise dos números que seguem:

Cargo	Vencimento inicial de carreira que estaríamos recebendo, se o Zema cumprisse a Lei Federal	Vencimento inicial de carreira pago pelo Governo Zema em 2026	Quanto Zema retira do seu salário todo mês
PEB e EBB (24h)	R\$ 4.142,53	R\$ 2.920,79	R\$ 1.221,74
ANE e AEB (30h)	R\$ 5.178,18	R\$ 3.650,97	R\$ 1.527,21
ANE-IE (40h)	R\$ 10.356,36	R\$ 7.301,95	R\$ 3.054,41
ANE, EEB e AEB (40h)	R\$ 6.904,24	R\$ 4.867,97	R\$ 2.036,27
ATB, TDE e ASE (30h)	R\$ 2.862,06	R\$ 2.017,95	R\$ 844,11
ATB, TDE e ASE (40h)	R\$ 3.822,34	R\$ 2.690,60	R\$ 1.131,74
ASB (30h)	R\$ 1.926,50	R\$ 1.543,73	R\$ 382,77
ASB (40h)	R\$ 2.568,69	R\$ 2.058,31	R\$ 510,38

Fonte: Elaborada pela Subseção do Dieese no Sind-UTE/MG com base nos dados do FNDE e Seplag/MG.



Paralelamente ao descumprimento da política remuneratória, o Governo de Minas Gerais ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra os artigos 2º e 3º da Lei Estadual nº 21.710/15, utilizando todo o aparato estatal para desmontar a política de valorização da categoria. Em 2025, a ação foi julgada procedente, desobrigando o Estado da aplicação integral do PSPN para a jornada de 24 horas. Com isso, retirou-se dos(as) trabalhadores(as) da educação uma con-

quista histórica, fundamental para a valorização da escola pública e para a garantia de condições dignas de trabalho.

Ao final de seu sétimo ano de governo, Romeu Zema consolidou essa política de ataques, incluindo em seu programa de PPP a terceirização dos serviços hoje prestados pelos(as) ASBs, rompendo com a estrutura pública de organização do trabalho escolar e aprofundando o processo de desmonte da educação em Minas Gerais.



## ▶ ATAQUES À GESTÃO DEMOCRÁTICA E AO DIREITO À EDUCAÇÃO

A gestão democrática da escola pública tem sido alvo de ataques sistemáticos. Observa-se a ingerência direta da Secretaria de Educação no cotidiano escolar, o esvaziamento dos colegiados e conselhos e a imposição de medidas que fragilizam a autonomia das comunidades escolares. Esse processo expressa o que o mestre Milton Santos denominou de pensamento único: uma racionalidade que se apresenta como técnica, neutra e inevitável, mas que, na verdade, oculta escolhas políticas, interesses econômicos e projetos de sociedade.

Nesse contexto, o governo de Romeu Zema avança em iniciativas que, apresentadas como soluções modernas, compõem um mesmo projeto de desmonte da educação pública. O programa "Mãos Dadas" transfere responsabilidades do Estado para os municípios, precarizando o ensino e aprofundando desigualdades



regionais. O projeto Somar abre espaço para a lógica privatizante, permitindo a entrada de empresas na gestão escolar e corroendo o caráter público da educação. Já o Programa de Escolas Cívico-Militares impõe a militarização como resposta a problemas estruturais, enquanto na prática, corrói os princípios da gestão

democrática.

Municipalizar, privatizar e militarizar não são medidas isoladas, mas facetas de um mesmo projeto neoliberal que transforma a escola pública em espaço de controle social, amplia desigualdades e enfraquece o direito à educação gratuita, democrática e de qualidade.

Educação pública em Minas:

# resistência que nasce na escola

*“Escola é, sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, que alegra, se conhece, se estima.” Paulo Freire*

O início de cada ano letivo é mais do que rotina: é tempo de reflexão sobre a natureza do trabalho que realizamos nas escolas. É tempo de reafirmar princípios diante da lógica de um governo que insiste em reduzir a educação a um produto, ameaçando a própria razão de ser da escola.

Escola é, acima de tudo, gente!

É o lugar do humano, do diálogo, da alegria e da convivência.

A escola que defendemos tem como fundamentos a organização coletiva do trabalho, a gestão democrática e a autonomia pedagógica. São esses princípios que a atual política educacional de Minas tenta anular, impondo um projeto nega a vida e rouba-nos a esperança; que gera mal-estar e adoecimento.

Resistir a esse modelo, não é apenas uma escolha: é um dever histórico. É no trabalho coletivo que encontramos a energia para transformar o mal-estar em mobilização e indignação em ação concreta, consolidando a Organização por Local de Trabalho (OLT) como instrumento de luta e unidade.

É no espaço escolar que se produz

cultura, que se questiona, fortalece ou reafirma práticas, e que se constrói a identidade coletiva. Este é o espaço privilegiado de organização, escuta e participação sindical.

Assim, é imprescindível que cada unidade escolar realize a escolha de seus representantes de turnos, constituindo a Comissão Sindical. São esses representantes que articulam o movimento no cotidiano escolar, promovem debates, organizam mobilizações e asseguram que cada educador e educadora esteja inserido na luta coletiva.

O processo de eleição deve ser registrado em ata e encaminhado junto à subseção do Sind-UTE/MG. **O modelo de ata está disponível no site do sindicato e pode ser acessado pelo QR-Code abaixo:**



**ASSEMBLEIA GERAL**  
**com paralisação**  
**das atividades**

Dia **26 de fevereiro - 14 horas**

Pauta: **Campanha Salarial/2026 - Indicativo de greve**

Pátio da Assembleia Legislativa, em BH

**SindUTE**  
SOMOS TODOS NÓS

**PARA FAZER VALER**  
**NOSSOS DIREITOS!**  
CAMPAÑA SALARIAL 2026

*“A luta pela melhoria das condições de trabalho das ASBs é fundamental. Muitos desses profissionais trabalham em condições precárias, com salários abaixo do mínimo e sob ameaça de terceirização. O Sind UTE/MG tem sido um aliado importante na defesa desses trabalhadores, buscando garantir que seus direitos sejam respeitados e que eles recebam um salário digno. Precisamos seguir unidos e mobilizados para enfrentar os desafios que ainda virão.”*  
**Leonides Eustáquio de Melo** - Uberlândia



*“Resistimos aos projetos privatizantes do governo estadual quando intensificamos a divulgação dos retrocessos e levamos à comunidade escolar, as mudanças e os prejuízos que elas trazem. Agora é preciso ampliar e sistematizar essas iniciativas: mais visitas às unidades, materiais informativos constantes, formações para representantes e ações de comunicação que cheguem às famílias e à sociedade.”*  
**Bruna Rodrigues de Oliveira** - Sete Lagoas



*“Já realizamos mobilizações e articulações com a comunidade escolar garantindo ações que barraram o governo Zema em suas intenções de favorecer grupos econômicos em detrimento dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e estudantes. Seguimos unidos e mobilizados, confiantes de que a organização coletiva e a persistência são o caminho para garantir direitos, valorizar os trabalhadores e defender a escola pública que queremos: inclusiva, de qualidade, universal.”*  
**Frederico Ozanan de Assunção Praxedes** - Governador Valadares



*“De modo geral, nossa luta transforma profundamente meu cotidiano e a vivência na escola: embora eu perceba, com tristeza, que muitos colegas ainda permanecem alheios ao que nos atinge, essa realidade não me paralisa; ao contrário, reforça o compromisso de fomentar a criticidade entre os alunos e de trabalhar pela conscientização da categoria. A experiência das mobilizações mostra que a mudança é possível quando nos organizamos, e é essa certeza que me dá esperança e força para seguir mobilizando informando e construindo coletivamente um ambiente escolar mais justo e engajado”.*  
**Fernanda de Fátima Rocha** - Sete Lagoas



*“As lutas recentes, tais como contra o projeto de militarização das escolas, contra a terceirização das ASB's são muito importantes e foram amplamente apoiada em minha escola. Essas ações fortalecem o sindicato e a percepção dos trabalhadores de que é necessário organização e disposição pra luta, quando se quer ter melhorias ou na defesa de direitos.”*  
**Jonas Messias Barbosa** - Ribeirão das Neves

